

SÉRIE
PRINCÍPIOS

Eliane
Azevêdo

RACÇA

Conceito e preconceito

SÉRIE
PRINCÍPIOS

Eliane Azevêdo

Professora-Titular de Genética Médica
da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia
Vice-Reitora da Universidade Federal da Bahia

RACA

Conceito e preconceito

ea
editora ática

Direção

Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli

Preparação de texto

José Roberto Miney

Arte

**Coordenação e
projeto gráfico (miolo)**

Antônio do Amaral Rocha

Arte-final

René Etienne Ardanuy

Capa

Ary Normanha
Antonio Ubirajara Domiencio

ISBN 85 08 01878 9

1987

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Sumário

1. A humanidade é uma só	7
O surgimento da espécie humana	7
Da origem da vida ao ser humano	8
O povoamento da Terra	10
Adaptação biológica	11
2. Diversidade dentro da unidade	13
Variação entre pessoas	13
Variação entre grupos de pessoas	14
Diferenças visíveis	16
3. Como definir raças	18
Divisão sem limites	18
Conceito impreciso	21
4. A idéia de raça e racismo	23
O mundo antigo	23
No mundo europeu	24
No mundo dos alemães	26
Na atualidade	26
5. Misturas raciais	29
Não existem raças puras	29
Genética histórica	30
E as misturas continuam	32
Nem os judeus	32
6. Povos ancestrais	34
Brasileiros na Pré-História	34
Brasileiros no século XVI	35

Portugueses	35
Africanos	36
Outros povos	38
Brasil hoje	39
7. Misturas e preconceitos	41
Três séculos, três raças	41
Casamento e preconceito	42
Quem é preto?... Quem é branco?...	43
8. Preconceitos no Brasil	45
As origens	45
A outra história	47
O desvalor do eu	48
Racismo e fingimento	49
9. Por uma ideologia de libertação	52
Libertação dos brancos	52
Sociedade opressora	54
A memória dos marginalizados	55
Libertação e conquista	55
10. Vocabulário crítico	57
11. Bibliografia comentada	59

Agradeço a *Gilberto Rebouças, Paulo
Tonucci e Lúcia Vinhaes*
a leitura crítica e os
comentários.

1

A humanidade é uma só

O surgimento da espécie humana

Nós somos os mais recentes e os mais evoluídos habitantes da Terra. Surgimos há aproximadamente 500 mil anos, quando o planeta já existia há 4 bilhões de anos. Ainda que a magnitude dessas cifras seja desconfortável à imaginação, é importante considerá-las, porque somente através delas poderemos sentir a força transformadora do tempo.

O tempo é infinito. Nossa vida individual é temporal e curta demais para nos permitir presenciar qualquer mudança nas formas de vida. Nosso ímpeto de querer presenciar as transformações evolutivas para nelas acreditar desaparece quando nos enxergamos dentro da realidade do Universo. Assim, torna-se indispensável conhecer a história da vida e, nela, o surgimento do homem para melhor entendermos toda a humanidade como uma única espécie.

Da origem da vida ao ser humano

Durante 2 bilhões de anos a Terra foi um planeta sem vida. Os cientistas acreditam que a vida começou quando as condições ambientais favoreceram o seu início. Não obstante a aparente complexidade, apenas seis compostos principais formam a matéria viva: água, carboidratos, lipídios, fosfato de adenosina, proteínas e ácidos nucleicos. Todos esses compostos são formados apenas de seis tipos de átomos: carbono (C), hidrogênio (H), oxigênio (O), nitrogênio (N), enxofre (S) e fósforo (P).

Acredita-se que a existência simultânea desses átomos em um meio líquido primitivo, geralmente denominado de “sopa orgânica”, ao sofrer uma descarga elétrica da Natureza (relâmpago), desencadeou reações químicas que deram origem aos compostos orgânicos. Essa hipótese foi testada em condições experimentais em laboratório, onde se criou um ambiente similar ao imaginado para a Terra àquela época. Após uma semana de testes com descargas de energia elétrica, surgiram, na água em experiência, aminoácidos, que são os compostos básicos para a formação das proteínas e, conseqüentemente, dos organismos.

Assim, não apenas por dedução, mas também por experimentação, e até que se prove o contrário, foi dessa forma que a vida começou.

Os primeiros organismos eram anaeróbios, isto é, não precisavam de oxigênio no ar e nem ele aí existia. Os organismos primitivos obtinham sua energia dos compostos da própria “sopa orgânica”.

À medida que se formavam novos compostos, derivados do metabolismo dos primeiros seres vivos, a “sopa” foi se extinguindo. Pouco a pouco, através de milênios, não apenas o meio líquido (“sopa”) se modificou, mas também a atmosfera mudou, e os organismos foram adquirindo a capacidade de sintetizar moléculas mais complexas. Sur-

giram, então, as primeiras microplantas verdes, capazes de sintetizar seus próprios nutrientes, sob a ação da luz solar (fotossíntese). Esse processo foi aos poucos liberando mais e mais oxigênio no ar, possibilitando assim o surgimento dos primitivos microanimais.

Dos primitivos microanimais ao homem é a continuação da mesma história. Recordemos que o próprio surgimento da vida deu-se e manteve-se em estreita interação com o meio ambiente. Aqui, também, a transformação lenta e gradual de uma forma de vida em formas mais complexas esteve sempre intimamente ligada às condições do meio ambiente.

Aquelas alterações orgânicas que favoreciam a sobrevivência do organismo em determinado ambiente foram lentamente modelando a transformação de uns seres vivos em outros. O processo que age assim é chamado de *seleção natural* e só foi entendido nos meados do século passado por Charles Darwin.

O gênio observador de Darwin foi capaz de perceber como as espécies surgiram. Em seu livro, *Origem das espécies*, publicado em 1859, Darwin relata cuidadosas observações da Natureza em vários lugares do mundo e sugere a teoria da evolução por seleção natural.

Desse modo, explica-se também o surgimento da espécie humana, conseqüente à transformação evolutiva de seres vivos através de longos períodos de seleção natural. Dessa forma, todo ser vivo se relaciona com o homem em sua ancestralidade remota: os animais inferiores, de modo mais distante, os mamíferos, mais proximamente, e os primatas, como seus parentes.

A transformação dos organismos e sua adaptação ao ambiente são processos extraordinariamente lentos. Não poderia ser de outra maneira, porque, se as espécies mudassem rapidamente, rapidamente também degenerariam e

desapareceriam, sem garantir a continuidade da vida. Por exemplo, os ancestrais mais próximos do homem, os primatas, surgiram há cerca de 70 milhões de anos, enquanto os hominídeos remontam a 2 milhões de anos e o *Homo sapiens* a apenas 500 mil.

O povoamento da Terra

Toda a humanidade tem um ancestral comum que surgiu há 500 mil anos e provavelmente desapareceu há 50 mil. Chama-se homem de Neandertal a esse ancestral da humanidade pelo fato de os seus esqueletos terem sido primeiro encontrados no vale de Neandertal, na Alemanha. Os estudos demonstram serem esses esqueletos diferentes do homem moderno e terem habitado regiões da Europa, Ásia e África. As evidências indicam que existiam variações entre as pessoas do Neandertal, mas elas em nada se relacionam com as atuais variações raciais.

Somente após a evolução do homem de Neandertal para o estágio atual do homem moderno e sua subsequente fixação nas diversas regiões do globo é que surgiram as variações raciais. Infelizmente, as épocas precisas do povoamento das regiões da Terra pelo homem moderno não são bem conhecidas. Em relação ao Novo Mundo, os achados arqueológicos demonstram que as Américas foram povoadas por levas de migrações que se espalharam no sentido Norte—Sul, começando há 30-40 mil anos no Norte e atingindo o Brasil, por exemplo, 20-30 mil anos depois. Também entre essas levas de migrantes existiam variações de aspecto físico, mas elas em nada se relacionam com as que posteriormente surgiram em agrupamentos humanos fixados em diferentes regiões do globo e que foram designadas de raças.

Adaptação biológica

A história biológica do homem demonstra que as diferenças físicas que deram origem à designação de raças surgiram depois de ele ter atingido o estágio superior da evolução: o homem moderno.

Fixando-se em regiões climáticas diversas, o próprio processo de seleção natural foi acentuando aspectos físicos do homem moderno que melhor permitiam sua adaptação ao ambiente. Assim, a pouca luz solar das regiões nórdicas favoreceu aí: a sobrevivência dos que tinham pele mais clara, a qual facilitava a síntese de vitamina D por estimulação da luz solar. Nas regiões equatoriais, por sua vez, o excesso de luz do sol fez com que os mais bem adaptados fossem aqueles que apresentavam maior teor de melanina na pele e, conseqüentemente, estavam mais protegidos da excessiva exposição ao sol.

Por outro lado, se para os que se fixaram em climas frios a presença de pêlos no corpo contribuía para reter o calor, para os fixados em regiões quentes a necessidade era exatamente inversa, isto é, ter o corpo sem pêlos para facilitar a perda de calor.

Não apenas a pele e os pêlos do corpo, mas também a forma do nariz muito tem a contribuir com a temperatura do ar que é respirado. Nas regiões frias, o nariz afilado e peludo em seu interior é favorável, porque aquece o ar frio antes de chegar aos pulmões. Os habitantes de regiões quentes não necessitam desse aquecimento e adaptam-se melhor com narinas largas e sem pêlos.

Essas são algumas das explicações causais para a predominância dessa ou daquela característica física em grupos humanos que durante milênios habitaram certas regiões.

As diferenças adaptativas para as diversas regiões decorrem de mutações genéticas, que, às vezes, são únicas,

mas que se tornam freqüentes por conferir vantagens a seus portadores. Conseqüentemente, as diferenças que identificam as raças nada mais são que diferenças adaptativas às suas respectivas regiões. Como essas diferenças têm um substrato genético, elas não desaparecem com a simples mudança da região, mas perduram com os grupos humanos até que novas formas de seleção se façam presentes e modifiquem as características prevalentes até então.

2

Diversidade dentro da unidade

Variação entre pessoas

Quatro bilhões de indivíduos compõem atualmente a espécie humana e, à exceção dos gêmeos monozigóticos, são todos diferentes uns dos outros. Se, ao acaso, tomarmos pares de indivíduos e cuidadosamente estudarmos suas semelhanças e diferenças, tanto na estrutura física quanto nas características do sangue, verificaremos que são inúmeras as diferenças. Mesmo que essas comparações sejam feitas com pessoas da mesma família, as diferenças estarão sempre presentes.

As leis da genética nos ensinam que irmãos, filhos do mesmo casal, são iguais, em média, apenas em ~~75%~~ 50% dos seus genes. As pessoas que mais se assemelham geneticamente são pais e filhos, porque qualquer filho recebe exatamente 50% dos genes de cada um dos pais. Para todos os demais tipos de parentes, as proporções de genes iguais não são tão fixas, variando, ao acaso, de pessoa a pessoa. Os irmãos André e José, por exemplo, podem na realidade ter ~~25%~~ 25% de genes iguais, como podem ter mais, ou mesmo ter menos. A sabedoria popular já havia no-

tado a grande variabilidade de semelhança entre irmãos, mesmo antes da descoberta das leis de Mendel.

Quando examinamos em laboratório, comparativamente, o sangue de duas pessoas, verificamos que a diferença está no tipo do sangue, isto é, a diferença é qualitativa, mesmo que essas pessoas sejam irmãs. André tem grupo sanguíneo do tipo *A* e José tem do tipo *B*. Essa diferença é de tal ordem que um não pode doar sangue para o outro.

Não é apenas para tipo *ABO* que se pode classificar o sangue das pessoas. Atualmente conhece-se mais de uma centena de variações de tipos de sangue (*Rh*, *MN*, *P*, *K*, *Hp*, *Hb*, *Tf*, *Gc*, *HLA* etc.), classificáveis em laboratório e indicadores das diferenças genéticas entre as pessoas.

Foram essas descobertas da genética humana que permitiram concluir que cada pessoa tem sua identidade bioquímica revelada pela tipagem do sangue, do mesmo modo que cada pessoa tem sua identidade nas impressões digitais revelada pelo exame dos dermatóglifos.

Variação entre grupos de pessoas

Comparando duas ou mais pessoas através da tipagem do sangue, verificamos se elas têm tais e tais genes, do mesmo tipo ou de tipos diferentes. Em relação ao grupo sanguíneo *ABO*, por exemplo, as pessoas podem ser do tipo *A*, ou do tipo *B*, ou do tipo *O* ou, então, do tipo *AB*. Para o grupo sanguíneo *Rh*, as pessoas podem ser *Rh* positivas ou *Rh* negativas. Essa é uma forma simplificada de apresentar as variações genéticas dos tipos de sangue, mas suficiente para entendermos que muitos dos nossos genes (pelo menos um terço deles) se apresentam de formas variadas. Geralmente, esses genes que ocorrem de

forma variada têm suas formas alternativas presentes em qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo. Em relação ao grupo sanguíneo *ABO*, por exemplo, quer o indivíduo seja português, árabe, africano, inglês ou japonês etc., ele necessariamente terá sangue ou do tipo *A*, ou *B*, ou *O*, ou *AB*.

Se agora calcularmos entre grupos de pessoas a frequência com que uns são do tipo *A*, outros *B*, outros *O* e outros *AB*, verificaremos que essas frequências variam. Consideremos apenas pessoas do tipo *O*, para simplificar o exemplo: a frequência de pessoas com grupo sanguíneo *O* entre portugueses é em torno de 42%, entre árabes, 54%, entre africanos (negros), 50%, ingleses, 46%, e japoneses, 29%.

Não apenas isso, mas se na Bahia, por exemplo, estudarmos as pessoas brancas, as mulatas e as pretas, veremos que a frequência de portadores de grupo sanguíneo tipo *O* é de 48%, 51% e 54%, respectivamente. Também se fizermos o mesmo estudo em vários grupos de brancos, na mesma cidade ou em cidades diferentes, encontraremos diferenças, embora em menor magnitude.

Essas variações são próprias da espécie humana e existem como um testemunho da história das adaptações ambientais de cada grupo ou população. Do mesmo modo que as adaptações ambientais atuaram de forma visível na aparência das pessoas, as frequências dos diversos tipos de sangue variam entre grupos de aparências diferentes, embora o tipo de sangue em nada influa nessa aparência. Observem que uma pessoa preta tanto pode ter sangue tipo *A*, *B*, *O* ou *AB* e, do mesmo modo, uma branca. A diferença está é na frequência com que brancos e pretos têm os tipos *A*, *B*, *O* ou *AB*.

O que a genética das populações nos ensina com esses conhecimentos é que as diferenças genéticas individuais, isto é, entre duas ou mais pessoas (pertencentes ou não ao

mesmo grupo racial), são bem maiores que a diferença genética média entre grupos raciais diferentes. Por exemplo, as diferenças genéticas entre duas pessoas brancas são maiores que a diferença genética média entre brancos e pretos.

Diferenças visíveis

Todos nós facilmente acreditamos naquilo que vemos e somos bastante resistentes a crer no que não vemos. Além disso, somos muito pouco críticos quanto às distorções dos nossos sentidos.

Na Antigüidade, acreditava-se que o Sol girava em torno da Terra; era o que *se via* e *se vê* até hoje. Foi necessário a inteligência de homens como Copérnico e Galileu, que não se deixaram iludir pelas aparências e demonstraram, para o resto do mundo, que a verdade é exatamente inversa: a Terra é que gira ao redor do Sol. “Felizes os que não vêem e crêem” (Jo 20, 29b), disse Jesus em sua sabedoria. Com essa frase liberta-se não somente a fé dos crentes, mas também a inteligência dos sábios.

Certas pessoas vêem as diferenças de cor da pele e de tipo de cabelo entre as raças e acreditam que elas representam profundas diferenças biológicas. Não apenas isso, mas admitem também que essas diferenças são responsáveis por todo tipo de comportamento em pessoas de raças diferentes.

Todavia, a ciência moderna demonstra que as diferenças raciais ao nível biológico, ou seja, ao nível da estrutura genética, não têm maiores significados e em nada afetam a unidade da espécie humana. A integridade genética da espécie humana como unidade é comprovada na reprodução entre pessoas de raças diferentes, gerando descendentes normais e férteis. Se as diferenças entre as

raças tivessem importância genética, a reprodução entre elas não ocorreria.

O verdadeiro significado científico das raças é que elas resultam de adaptações climáticas diferentes. As raças não têm origens genéticas diferentes, nem se originaram em fases diversas na evolução do homem.

Não existe hierarquia racial.

Todas as raças surgiram quando o homem já havia atingido o estágio de homem moderno (*Homo sapiens*) e migrou para as mais diversas regiões do globo. Assim, em sua aparência física, as raças contam a história geográfica de seus ancestrais, através do registro na pele, no cabelo e no corpo em geral, das adaptações climáticas experimentadas no passado.

3

Como definir raças

Divisão sem limites

Todos sabem o que é um negro, um branco, um japonês etc., porque todos têm uma imagem mental dos protótipos das raças. É possível até que muitos acreditem que classificar a humanidade em raças seja tarefa fácil. Vejamos como os cientistas têm-se saído na tentativa para formulação das classificações raciais.

A primeira classificação racial foi proposta no século XVIII, por Lineu, o fundador da taxonomia, cujo catálogo de classificação incluía todos os seres vivos conhecidos na época, inclusive o homem. Lineu criou a designação *Homo sapiens* e classificou a espécie humana em quatro raças: europeus, asiáticos, americanos e africanos.

Muitas e muitas outras classificações raciais surgiram depois, algumas tentando simplificar o número de grupos e outras complicando com divisões e subdivisões em dezenas de subgrupos.

A quase totalidade das classificações baseia-se em características físicas como cor da pele, textura dos cabelos,

forma da cabeça (índice cefálico), espessura dos lábios, distribuição de pêlos etc.

Embora pareça fácil à primeira vista, a existência de grande número de classificações raciais comprova que não há, entre os pesquisadores, um consenso quanto ao que deve ser considerado raça. Além disso, as características físicas, que num primeiro momento tão nitidamente identificam as raças, se mostraram ineficazes para delimitá-las cientificamente.

Examinemos uma parte do problema acompanhando a representação da Figura 1. Nessa figura, tomamos as três características físicas mais usuais nas classificações raciais:

- cor da pele;
- índice cefálico;
- textura dos cabelos;

e as empregamos para caracterizar cinco grupos humanos bem conhecidos:

- europeus do norte;
- europeus do centro;
- africanos;
- australianos;
- mongólicos.

Observemos, pelas conexões na Figura 1, que:

- africanos e australianos não diferem quanto à cor da pele, mas apresentam a textura dos cabelos completamente diferente;
- europeus do norte e europeus do centro têm a mesma cor da pele, mas têm índices cefálicos diferentes;
- europeus do norte e africanos têm a cor da pele diferente, mas são iguais quanto ao índice cefálico.

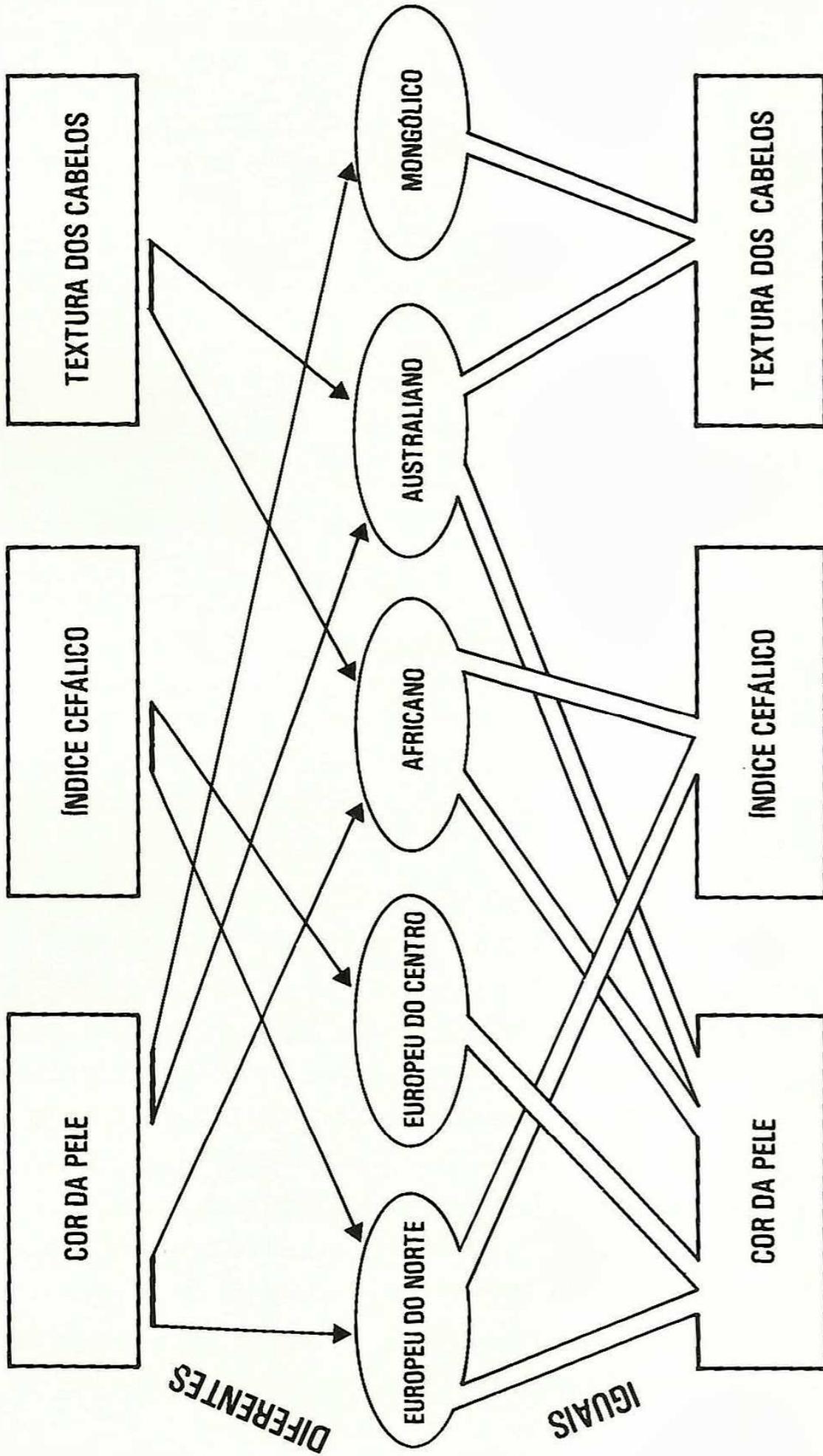


Figura 1. Representação esquemática da impossibilidade de delimitação das raças, mesmo em função de suas características físicas mais relevantes: cor da pele, índice cefálico e textura dos cabelos.

As dificuldades para delimitação das raças tornam-se maiores quando se tentam fazer classificações raciais em função de marcadores genéticos no sangue (tipos de sangue). Nesse particular, conforme vimos no capítulo anterior, as diferenças são relativas, isto é, se expressam em termos de maior ou menor frequência de genes num grupo ou noutro.

Desse modo, tanto pela antropologia física como pela genética de populações, através de estudos de frequências gênicas, é impossível delimitar as raças. As variações entre as raças são contínuas e superficiais, não permitindo separá-las biologicamente.

Para concluir, dois grandes estudiosos do assunto, W. F. Bodmer, inglês, e L. L. Cavalli-Sforza, americano, assim se expressam em relação às classificações raciais: "Qualquer classificação racial é arbitrária, imperfeita e difícil".

Conceito impreciso

Se não é possível delimitar biologicamente as raças, sua definição terá que necessariamente ser imprecisa.

Embora apóstolos da precisão e da objetividade, os cientistas curvam-se diante da realidade dos fatos e definem raça do seguinte modo:

Raças são populações mais ou menos isoladas, que diferem de outras populações da mesma espécie pela frequência de características hereditárias.

Observemos que a definição permite chamar de raça a qualquer agrupamento humano que apresente características hereditárias com frequências diferentes de outros grupos. As características hereditárias cujas frequências variam de uma raça para outra não são específicas em

qualidade e não têm aplicação universal. Além disso, essas características dependem do isolamento, cujo grau também é variável (“mais ou menos isoladas”), e tanto pode ser geográfico, como social, religioso, político, econômico etc.

O ponto fundamental do conceito de raça é o fato de que as populações, em cujas características se elaboram as classificações raciais, pertencem à mesma espécie. Em outras palavras, o mais fundamental aspecto biológico das raças está naquilo que as une e não naquilo que as separa.

4

A idéia de raça e racismo

O mundo antigo

Quando o homem deixou a vida nômade e se organizou em sociedades primitivas, os grupos raciais já existiam.

Acredita-se que até o surgimento das primeiras classes sociais, pastores e agricultores, a existência de religiões diferentes era mais importante que a existência de raças, como causa de preconceitos entre grupos humanos.

Os primeiros conflitos humanos surgiram não por causas religiosas ou raciais, mas econômicas, entre pastores e agricultores; mais tarde, também entre grupos de agricultores, na disputa da canalização da água dos rios para benefício agrícola.

Não é sem razão que a mais antiga referência a discriminação racial data de aproximadamente 2000 a.C. e consta de um marco erigido acima da segunda catarata do Nilo, proibindo qualquer negro de atravessar além daquele limite, salvo se com o propósito de comércio ou de compras. Fica óbvio que a discriminação era fundamentalmente de ordem econômico-política, usando a raça como referencial.

Alguns povos antigos praticaram uma forma de preconceito coletivo, o qual não era necessariamente racial. Os gregos consideravam bárbaros todos os povos não-gregos. Aristóteles chegou mesmo a propor a hipótese do escravo nato, admitindo que alguns já nascem para escravo e outros, para senhor.

Por outro lado, os persas consideravam-se superiores ao resto da humanidade, e assim também pensavam sobre si mesmos os germanos, os normandos, os romanos e os bárbaros das estepes da Ásia. Porém, esses relatos, assim como o antagonismo entre hebreus e samaritanos, entre cristãos e muçulmanos etc., não são vistos pelos estudiosos como exemplos de racismo.

De modo geral, existe coerência de opiniões reconhecendo que, antes do século XV, as divisões antagônicas da humanidade não eram originadas por ideologias racistas.

No mundo europeu

A descoberta das Américas, as navegações para as Índias e a colonização da África criaram as condições apropriadas para o desenvolvimento de uma ideologia sobre preconceitos de raça e de cor.

Todavia, além desses fatos, as mudanças sociais e econômicas ocorridas na Europa, à época, foram até mais favorecedoras do nascimento do racismo. O processo de industrialização e a inquietude social que ele gerou exigiram da organização capitalista da sociedade uma nova perspectiva para seus membros.

Tanto na França como na Inglaterra, no fim do século XVIII e início do XIX, a palavra *raça* passou a mudar de significado. Enquanto isso, nas colônias do Novo Mundo, colonizadores europeus e descendentes acreditavam na

subumanidade dos nativos, mesmo depois da bula papal emitida em 1537 por Paulo III, declarando os selvagens como homens verdadeiros e possuidores de alma.

Na metade do século XIX (1855), Gobineau, que mais tarde veio a ser considerado o “pai do racismo”, publicou na Europa o seu trabalho intitulado “Ensaio sobre as desigualdades das raças”. O trabalho de Gobineau explorava fundamentos biológicos para as diferenças raciais, tendo encontrado ampla receptividade.

Não menos influente na formação de uma concepção racista da sociedade foi a obra de Charles Kingsley, que, segundo alguns, chegou a criar uma filosofia racial no século XIX.

Durante as décadas de 1850 a 1870 as idéias de raça e racismo se consolidaram na Europa. A partir dessa época, generalizou-se a crença de que certos povos, por questão de raça, não tinham a capacidade para progredir como tantos outros, e os europeus passaram a reconhecer grandes diferenças entre os brancos e as outras raças.

Ao fim do século XIX, na Inglaterra, já existiam inquestionáveis evidências de hostilidades aos negros.

O trabalho de Darwin, *Origem das espécies*, impôs grande desafio às idéias racistas através da teoria da evolução das espécies, a qual não apenas afetava a crença na origem separada de cada espécie, mas também admitia que as raças não eram permanentes e podiam mudar com o tempo.

Não tardou, todavia, que os acadêmicos criassem o “darwinismo social”, admitindo que o preconceito racial favorecia a evolução.

O surgimento do “darwinismo social”, à época, demonstra, mais uma vez, que até a elaboração das explicações científicas são influenciadas pelas idéias prevalentes na sociedade.

No mundo dos alemães

Ainda estão bem vivas na memória da humanidade as trágicas conseqüências da doutrina racial nazista.

Alimentados por lendas e mitos, mas, principalmente, pela necessidade de certa forma de hegemonia que compensasse a ausência de unidade territorial e política, os germanos nórdicos vinham, há séculos, cultivando a autoglorificação através da pureza do sangue e da superioridade da raça. Essa tradição fanática exacerbou-se sob a forma de patriotismo, com a unificação da Alemanha no fim do século XIX, e degenerou com as teorias racistas da época.

Na obsessão pela superioridade racial, os alemães deformaram a teoria da seleção natural de Darwin e admitiram que a eles caberia o direito de selecionar os mais aptos para a sobrevivência. Em meio a tamanha insensatez, Adolfo Hitler bradava:

A raça germânica é superior a todas as outras e a luta contra o estrangeiro, contra o judeu, contra o eslavo, contra as raças inferiores, é uma luta sagrada.

Por todos esses fatos, percebe-se não ter sido difícil para os dirigentes do III Reich conduzirem os nazistas aos extremos da violência contra outros povos. Sob o pretexto de sanear a raça, os alemães arvoraram-se na prática da procriação dirigida e do extermínio dos inferiores.

É importante não esquecer como o preconceito racial de alguns pode gerar a violência e a morte para muitos.

Na atualidade

O racismo não desapareceu com o progresso dos povos. No mundo atual, observam-se formas variadas de

racismos, que vão desde sua institucionalização, por força de lei, até as formas mais sutis de novos disfarces.

Nem mesmo o revolucionário avanço da genética nas últimas décadas ou o progresso tecno-científico da atualidade conseguiram desmobilizar o racismo.

Mesmo que a crença geral nos fundamentos biológicos para o racismo tenha experimentado algum esvaziamento, novas formas de concepção do “outro” estão surgindo. O “outro” é aquele que é estranho, diferente não apenas na aparência, mas também nos valores, crenças, estilo de vida, posição social etc.

Assim, a prática do racismo tornou-se, na sociedade moderna, não apenas mais abrangente como também mais diversificada em suas formas de negar a dignidade, a igualdade e o respeito à pessoa humana. Naquelas populações caracterizadas por secular mistura racial (Brasil, Havaí, México etc.), as formas de racismo adquiriram a peculiaridade de uma existência conscientemente camuflada e institucionalmente negada.

Na África do Sul, o racismo institucionalizado, (*apartheid*) teve início com a chegada dos colonizadores holandeses em 1652, seguidos pelos britânicos e franceses. Através dos séculos, esses colonizadores brancos criaram na África do Sul todas as formas possíveis de despojar e oprimir os habitantes negros em proveito de seus interesses.

O saldo atual do *apartheid* é uma minoria de brancos (4,5 milhões) possuindo 87% das terras, 75% da renda nacional, 27/1 000 de mortalidade infantil e um gasto educacional anual de 700 dólares por aluno. Ao lado, convivem 19 milhões de negros, possuindo apenas 13% das terras; menos de 20% da renda nacional; 40/1 000 de mortalidade infantil e um gasto educacional anual de 5 dólares por aluno.

Assim, o racismo no mundo atual persiste, sendo uma forma de escravidão moderna que fere as pessoas na essên-

cia de sua dignidade, impedindo-as de compartilhar dos bens sociais para desenvolvimento pessoal e coletivo.

Racismo é não apenas escravidão, mas também crime de morte, quando subtrai até as condições sociais mínimas para a sobrevivência.

5

Misturas raciais

Não existem raças puras

A falsa ideologia de raça pura nasceu da necessidade política de autoglorificação de certos povos. Não é difícil entender a aceitação da idéia por aqueles cuja necessidade de valorização supera o pensamento lógico. Um pouco de conhecimento da história biossocial da espécie humana é suficiente para demonstrar que raça pura é um mito.

Nos capítulos iniciais deste livro foram apresentadas evidências científicas que levam a concluir sobre a unicidade biológica da espécie humana, aliada à idéia de sua origem monofilética. Isto é, toda a humanidade constitui uma única espécie, a qual tem origem única.

Também nesses capítulos são feitas referências à grande dispersão da espécie humana sobre a Terra, ocorrida antes do surgimento das raças.

Assim, aqui e ali, no globo terrestre, durante os milênios posteriores ao povoamento geral, grupos humanos ficaram sob o efeito dos climas locais, dando origem às raças.

Mesmo que esses grupos humanos ficassem absolutamente isolados uns dos outros, eles jamais seriam “puros” em relação uns aos outros, porque todos provêm de origem genética comum.

Se, hipoteticamente, admitirmos que alguns grupos ficassem absolutamente isolados durante milênios e milênios, no passado e no futuro, a expectativa, dentro do que se conhece em biologia, é que eles se transformariam em espécies diferentes e não em “raças puras”.

Isso é dito para demonstrar que a idéia de raça pura é anticientífica, mesmo quando imaginamos modelos improváveis de isolamento. Em outras palavras, é impossível uma raça ser ou tornar-se pura, pois a idéia de pureza racial é incompatível com os conhecimentos de genética sobre a espécie humana.

Basta recordar que 70% dos genes são iguais em todas as raças e que os 30% que variam, o fazem sem perda das características básicas. Além disso, a história registra que a ocorrência de mistura entre povos e raças foi a regra geral nos últimos milênios.

Genética histórica

Após o surgimento do homem como espécie, não havia produção organizada de alimentos, e os bandos nômades, de homens e mulheres primitivos, perambulavam para alimentar-se. Os grupos eram pequenos e isolados, porém se misturavam quando um deles decrescia, tendendo, pois, ao desaparecimento.

Sob essa vida de bandos nômades, a humanidade, passou nada menos que 9/10 de sua existência. Somente há 10 000 anos, quando as mulheres descobriram que podiam cultivar a terra para produzir alimentos (revolução

agrícola), é que os bandos tornaram-se sedentários e agricultores.

Para alguns geneticistas, a primeira onda de mistura de povos acompanhou os agricultores que difundiram o emprego do arado. Partindo do Oriente Próximo, o uso de arado propagou-se para a Europa, Arábia, Irã, Índia, China e regiões nordeste e leste da África.

Mais tarde, os bárbaros (pastores) que habitavam as estepes da Ásia domesticaram o cavalo, inventaram o carro de guerra e, com essas inovações, espalharam-se com assustadora rapidez pela Europa, Ásia Ocidental, Índia e China, proporcionando mais uma onda de mistura entre povos.

Posteriormente, os bárbaros das estepes descobriram o ferro e a fabricação de armas. Com esse novo poder bélico, marcaram a História com invasões, conquistas e misturas tribais, durante o período de 1200 a 1000 a.C. Datam desse período o domínio de medos e persas no Irã; filisteus, hebreus e arameus na Síria e na Palestina; frígios e dórios na Grécia.

Durante os séculos seguintes, os bárbaros das estepes aperfeiçoaram o controle do cavalo, inventando os estribos e, conseqüentemente, criando a cavalaria de guerra por volta do ano 850 a.C.

Com o poder das cavalarias, irromperam hordas de bárbaros invasores e rapidamente devastaram a Europa e a Ásia, promovendo nova onda de mistura entre povos.

O testemunho genético dessas misturas é encontrado hoje através do estudo da distribuição geográfica dos grupos sanguíneos nas populações da Europa. O sentido da diminuição da freqüência do tipo de sangue *B* é o mesmo das migrações de conquistas dos bárbaros, tendo nas estepes da Ásia as freqüências mais elevadas.

E as misturas continuam

Não se esgota com os bárbaros a história das misturas dos povos na Europa.

A história dos grandes impérios e suas conquistas é também a história das misturas entre povos e raças.

Os egípcios, cuja expansão territorial máxima ocorreu em 1479 a.C., dominaram fenícios, cananeus, hititas e assírios, entre outros. Por sua vez, os egípcios da época eram descritos como de estatura baixa, morenos, cabelos e olhos pretos, nariz levemente aquilino, apresentando evidências de miscigenação com negróides, semitas e asiáticos.

As sucessivas dominações da região da Mesopotâmia, por diversos impérios, deixaram o saldo de várias misturas nos povos da região.

No ano 3000 a.C., a Mesopotâmia foi ocupada pelos sumérios e subseqüentemente conquistada pelos amonitas, cassitas, assírios, caldeus, persas e finalmente gregos, em 330 a.C.

Os gregos, além da conquista, estimulavam o casamento de seus soldados com as mulheres dos povos conquistados. O próprio Alexandre Magno desposou duas princesas aquemênidas e celebrou o casamento de mais de 10 000 de seus soldados segundo o rito persa.

Finalmente, a expansão do império romano acrescentou mais mistura à população européia, já historicamente misturada.

Nem os judeus

Por motivos culturais e religiosos, os judeus proclamam seu isolamento reprodutivo, mesmo depois da grande diáspora que os distribuiu em grupos por vários países.

Todavia, estudos antropológicos demonstram semelhanças entre judeus e não-judeus vivendo na mesma região, e os geneticistas, através de cálculos de frequências gênicas, concluíram que existe mistura racial entre os judeus a uma taxa média de 1% de genes por geração.

6

Povos ancestrais

Brasileiros na Pré-História

Em linhas gerais, a pré-história geral dos brasileiros começa há 10 mil anos e, em seu trajeto através dos tempos, está intimamente associada à história cultural.

Até o presente, o estudo do brasileiro pré-histórico, isto é, o homem de Lagoa Santa, os lascadores de seixos das margens do Ivaí, os construtores de sambaquis, os oleiros de Marajó e os pintores rupestres, sugere estarem todos eles na idade cultural da pedra lascada. Todavia, achados recentes da equipe da Prof.^a Maria Beltrão questionam sobre conhecimentos de astronomia e prática da domesticação de animais entre os pintores de imensas galerias de desenhos rupestres, descobertas no sertão da Bahia.

Existem poucas investigações sobre a composição antropológica desses povos, suas migrações e fusões. Porém, a riqueza e a abundância de fósseis no País permitirão, com certeza, o pleno entendimento do brasileiro pré-histórico.

Brasileiros no século XVI

À época da descoberta e colonização do Brasil acredita-se que a população indígena era em torno de dois milhões.

Estudos realizados no início deste século identificaram onze áreas culturais indígenas e seis grupos lingüísticos.

A diversidade do índio brasileiro é não apenas cultural, mas também genética. Nos últimos anos, equipes de geneticistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com outros grupos de brasileiros e estrangeiros, vêm demonstrando a diversidade genética entre várias tribos de índios atuais.

Assim, longe de ser um povo homogêneo, os ancestrais indígenas do brasileiro atual eram caracterizados mais pela diversidade que pela homogeneidade.

Portugueses

A história genética dos portugueses é das mais ricas em mistura de povos.

Ainda que pouco se conheça sobre a pré-história portuguesa, devido à escassez de achados arqueológicos, existem sugestões de estreito parentesco entre tribos do paleolítico português e do norte da África.

O período histórico, todavia, revela que o português provém de um processo de miscigenação secular e variada, na qual se destacam as contribuições dos fenícios, gregos, romanos, judeus, árabes, visigodos, mouros, celtas e escravos africanos.

Assim, sem fugir à regra geral para os europeus, a história genética do português é a história da mistura de vários povos através dos séculos.

Africanos

A exuberante riqueza cultural da África é desafio persistente à compreensão fiel e às interpretações adequadas por outros povos.

Como ninguém pode raciocinar fora do contexto cultural próprio, muitos dos observadores das culturas africanas ficam à margem das verdades e dos valores desses povos.

Antropólogos reconhecem que tentar entender a cultura africana sem entender suas crenças e religiões é perda de tempo. Por outro lado, estudar e entender as religiões africanas é trabalho que requer muito tempo e estudo. Por tudo isso, a cultura africana, ainda que até certo ponto bem divulgada, é pouco interpretada e assimilada.

Não apenas a cultura, mas também a própria história da África é pouco conhecida, e tem sido referida como vítima de deformações grosseiras e de falsos relatos.

Lamentavelmente, a história da África esteve sempre ausente da formação escolar do brasileiro. Estuda-se a história de Portugal e seus heróis, põem-se alguns destaques sobre a história dos índios e ignora-se a história da África. Esse grave erro de formação educativa é capaz de, por si só, criar irreparáveis distorções de concepção dos brasileiros sobre si mesmos. Aqueles mais observadores e críticos um dia descobrem-se fruto de uma cultura herdada de uma história não estudada.

A África encontrada pelos navegantes do século XV tinha desenvolvimento próprio, expresso em suas civilizações (Islã, Benin, Ife etc.), reinos, impérios e cidades.

Entre os séculos XII e XVI a África é referida pelos historiadores como em pleno florescimento de várias civilizações.

A colonização européia, inicialmente restrita a pontos da costa do continente, engendrou o mais inescrupuloso

processo político de dominação. As tensões entre as nações que ambicionavam o estabelecimento de maior poderio em território africano culminaram com os tratados de partilha da África.

Vivendo imersa em sua própria cultura, sem poderio bélico para defender-se do conquistador e fracionada pela multiplicidade de línguas, que lhe impedia a unidade da resistência, a África pouco resistiu ao golpe europeu.

Assim, entre 1890 e 1910, a África foi imolada através do retalhamento de seu território. Se antes da partilha, em 1880, a África pertencia aos africanos, em 1914, todo o continente era uma gigantesca colcha de retalhos pertencente aos ingleses, franceses, espanhóis, portugueses, belgas, alemães e italianos.

Todavia, muito antes da partilha, a África já vinha sendo vítima de outra forma de violação: a captura de pessoas para escravidão e comércio.

Poucas páginas da história da humanidade são tão impregnadas de crueldade e desrespeito. Aprisionados em seu próprio ambiente, os negros eram conduzidos aos portos de embarque, negociados, transportados como carga humana nos porões dos navios, vendidos como "peças" nas colônias e explorados ao limite máximo de suas resistências no desempenho do trabalho escravo.

A própria documentação histórica dos africanos no Brasil também foi vítima de violência. Após a Lei Áurea, o ministro da Fazenda ordenou a queima de todos os documentos referentes à escravidão. A trágica fogueira ardeu na praça pública do Rio de Janeiro, no dia 14 de dezembro de 1890. Lamentavelmente, cometeu-se duplo erro: não se destruiu no fogo os sentimentos racistas e retirou-se dos brasileiros o direito à preservação de sua história.

Assim, a reconstrução da história dos africanos no Brasil tornou-se ainda mais crivada de incertezas.

Os primeiros negros africanos escravizados chegaram ao Brasil por volta de 1530. O próprio número total de africanos que aqui chegou é incerto: 3,6 milhões é a cifra mais aceita pelos estudiosos. Desse total, um terço se destinou à Bahia.

Durante mais de dois séculos, da metade do século XVII até fins do século XIX, os negros eram maioria na população brasileira.

A correta origem geográfica dos escravos é outro desafio histórico. Os portos de embarque nem sempre eram os mesmos de origem. Reconhece-se, todavia, a grande diversidade de tribos e nações que vieram para o Brasil.

Aqueles que sobreviveram aos infames maus-tratos da viagem, às cruéis torturas e ao desespero da solidão (pátria e lingüística) tornaram-se os heróis fundadores da grande "nação" negra do Novo Mundo.

Africanos e descendentes nas colônias do Novo Mundo, principalmente no Brasil, conseguiram, não obstante a opressão da escravatura, preservar e promover, com admirável habilidade, suas ricas tradições culturais.

Assim, aprendemos com os negros a lição do valor indestrutível dos bens do espírito, mesmo estando o corpo esfacelado pela tortura.

A cultura negra ainda hoje floresce com vigor no Brasil, testemunhando que a sua força é mais forte que qualquer poder que violenta os negros.

Outros povos

Da descoberta até princípios do século XIX, portugueses e africanos foram quase exclusivamente os únicos povos que chegaram ao Brasil.

Ainda no período colonial, franceses, holandeses e ingleses, ao tentarem se estabelecer em território brasileiro, deixaram alguma contribuição étnica, porém muito restrita.

A partir de 1885, a história das migrações para o Brasil toma novo rumo com a vinda de outros povos da Europa. Estima-se entre 3 e 5 milhões o total de italianos, espanhóis, alemães e japoneses que chegaram ao Brasil até 1950.

A migração japonesa ocorreu sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial, foi interrompida durante a Segunda e atingiu um total aproximado de 200 mil pessoas. Os japoneses estabeleceram-se principalmente em São Paulo e mantiveram-se em relativo isolamento.

Os alemães chegaram há bem mais tempo que os japoneses e nisso reside o impacto de sua presença. Em algumas colônias no Rio Grande do Sul, não apenas os antepassados, mas também as novas gerações continuam preservando a língua e os costumes alemães na vida familiar, social e comercial.

Até 1930, os italianos eram os mais numerosos (34%) entre os imigrantes europeus, seguidos pelos portugueses (29%) e pelos espanhóis.

Os italianos estabeleceram-se principalmente em São Paulo, enquanto os espanhóis espalharam-se pelo Brasil em geral.

Depois de 1930, somente os portugueses, por não serem considerados propriamente estrangeiros, continuaram migrando em massa para o Brasil

Ainda outros povos, como judeus, árabes, sírios-libaneses, poloneses etc. migraram para o Brasil, porém em colônias numericamente pequenas.

Brasil hoje

É fácil perceber que de norte a sul e de leste a oeste as misturas de povos no Brasil têm composição diferente, começaram em épocas diferentes e produziram descendentes diferentes.

De modo geral, o Brasil é mulato no litoral, branco e mestiço no interior. É também mais índio ao norte, menos branco no nordeste, mais índio e mais branco no centro-oeste, menos preto no sul e tudo no sudeste.

É a variabilidade de povos formadores da história genética do brasileiro que hoje lhe confere marcantes características de variação e mistura em todo o País.

Todavia, as relações raciais oriundas do passado, e ainda infiltradas de preconceitos no presente, ofuscam a percepção da realidade étnica nacional. Deixa-se assim de admitir, por não se querer perceber, tanto nas expressões culturais como na aparência física, que a singularidade do brasileiro é a miscigenação racial.

O brasileiro é mesclado no corpo e no espírito, no ser e no fazer, na aparência e na cultura. Sua singularidade é a heterogeneidade e sua *identidade é a mescla*.

7

Misturas e preconceitos

Três séculos, três raças

Durante os três primeiros séculos após a descoberta do Brasil, o entrecruzamento de portugueses, africanos e índios consolidou a estrutura genética da população brasileira.

Assim, quando as primeiras massas de imigrantes europeus chegaram ao Brasil, em fins do século XIX, aqui encontraram uma população de brasileiros natos, resultantes da miscigenação de três povos durante três séculos, ou seja, aproximadamente quinze gerações.

Já se disse que o processo de miscigenação no Brasil começou com o próprio nascimento do País, na data de sua descoberta. As índias se deixavam possuir com facilidade e constituíam uma das atraentes ofertas dos nativos aos colonos.

À exceção de Caramuru, que constituiu família com a índia Catarina Paraguaçu, as uniões entre colonos e índias não formavam núcleos familiares.

Mais tarde, a Coroa portuguesa enviou, a pedido, mulheres para o Brasil, surgindo assim as primeiras famílias de colonos.

Com a chegada dos africanos, a partir de 1530, iniciou-se o processo tri-racial de miscigenação.

Em 1798, os mulatos já somavam 600 mil, atingindo 4,2 milhões em 1872.

No século XX, dados do censo de 1950 classificavam como pardos 26% da população do Brasil e revelavam que, em proporções variadas, existem pardos e pretos em todos os Estados da Federação.

Casamento e preconceito

Não obstante o processo secular de miscigenação que caracteriza a história genética do brasileiro, as desigualdades de poder entre brancos, pretos e índios confundem-se e realimentam-se no preconceito contra os mais escuros.

O comportamento do brasileiro na seleção de pessoas para o casamento revela também ideologias de raça e de classe social, as quais merecem análise e reflexão.

Em estudo realizado por geneticistas brasileiros em 1 063 casais de nordestinos migrantes em São Paulo, observou-se que os casamentos não ocorrem ao acaso, em relação à aparência racial das pessoas. Existe excesso significativo de casamentos entre pessoas da mesma cor.

Como o estudo referido foi muito pormenorizado, e as pessoas eram classificadas em sete grupos (branco, indígena claro, indígena escuro, mulato claro, mulato médio, mulato escuro e preto), ao se constatar excesso de casamentos entre pessoas da mesma cor, evidenciou-se excesso de casamentos entre pessoas com aparência racial quase igual.

Além disso, o estudo também revelou marcante excesso de casamentos nos quais a mulher é um pouco mais clara que o marido.

Considerando que os casais estudados eram de origem rural, vejamos agora o resultado de estudo semelhante realizado em Salvador por geneticistas da Universidade Federal da Bahia.

Foram estudados 968 casais usando-se os mesmos métodos do estudo anterior. Os resultados também demonstraram em Salvador a grande preferência por casamentos entre pessoas quase da mesma cor, seguida pela freqüência de casamentos nos quais a mulher é um pouco mais clara que o marido.

Além desses, outros estudos realizados no Sul de Minas Gerais, por geneticistas da Universidade Federal do Paraná, comprovam também a excessiva preferência por pessoas da mesma cor, para fins matrimoniais.

Quem é preto?... Quem é branco?...

A dinâmica da miscigenação das raças no Brasil é muito mais regida por forças econômicas que por preconceitos especificamente raciais.

Não obstante a preponderância de casamentos entre pessoas de aparência racial semelhante ou com mulher mais clara, todas as combinações raciais são observadas. Por exemplo, 2% dos casamentos no nordeste e 5% em Salvador são entre mulher preta e homem mais claro, isto é, branco ou mulato.

Também em Salvador a freqüência de casamentos de homem branco com mulher mulata, seja ela mulata clara, média ou escura, é da ordem de 5%.

Além desses dados, estudos realizados através de complicados cálculos de freqüências gênicas, usando programas especiais em computador¹, demonstraram que a

¹ KRIEGER, H.; MORTON, N. C.; PI, M. P.; AZEVEDO, E. S.; FREIRE-MAIA A.; YASUDA, N. Racial admixture in north-eastern Brasil. *Ann. Hum. Genet.*, 29: 113-25, 1965.

população do Nordeste e de parte do Sudeste já atingiu 97% de panmixia, isto é, de mistura total.

O que isso significa é que a convergência das três raças no Brasil, através de entrecruzamentos sucessivos desde 1500, tornou brancos, mulatos e pretos biologicamente muito próximos. E se a delimitação entre raças no mundo é tarefa cientificamente impossível, imagine-se no Brasil. . .

Assim, não são apenas os mulatos os produtos da miscigenação, mas também os brancos e os pretos.

Os já citados estudos das misturas raciais no Nordeste do Brasil, através de programas especiais para computador, calculam que, entre os brancos mais brancos, existe cerca de 18% de ancestralidade negra remota e inaparente e 12% de ancestralidade indígena. Do mesmo modo, entre os pretos mais pretos, o percentual de ancestralidade branca é de 28% e o indígena, de 5%.

O que acabamos de explicar poderá ser exemplificado de modo grosseiro para aqueles que só acreditam no que vêem: um copo de café com algumas gotas de leite ou um copo de leite com algumas gotas de café ninguém percebe que é uma mistura; porém, um copo de *café com leite*, todos reconhecem que o é.

8

Preconceitos no Brasil

As origens

Vimos que a Europa foi o berço das idéias racistas e Portugal não constituiu exceção.

A interpretação brasileira de que o português não tem preconceitos raciais é tida como falsa por historiadores, que também conheceram seu comportamento como colonizador de Angola e de Moçambique.

O Brasil foi colonizado por homens e não por famílias. Além disso, os colonizadores do Brasil provieram principalmente do norte de Portugal, região de ocupação pelos antigos germanos, tidos como cultivadores da ideologia da superioridade racial.

Assim, por mais racistas que tivessem sido os colonizadores portugueses, sua situação inicial era sem alternativas quanto à preferência por mulheres. Durante as primeiras décadas, as únicas mulheres eram as índias e, mais tarde, as africanas. A vinda, posterior, de mulheres brancas de Portugal para o Brasil jamais teria sido em número suficiente para permitir o isolamento racial dos portugueses.

Em 1732 foi proibida a ida de mulheres brancas para Portugal, devido a seu pequeno número no Brasil. Mesmo assim, nem com as índias, nem com as africanas, os portugueses constituíram famílias, o que seria esperado na ausência de preconceitos. Também não se têm notícias de que os portugueses assumissem a paternidade de seus filhos com índias ou com negras. A realidade é que o casamento com índias era proibido por lei até 1717.

O País precisava de mais gente para o trabalho, e fazer nascer mais escravos era não apenas mais barato que comprá-los, como também enriquecia mais o proprietário.

Tudo leva a crer que a relativa facilidade com que os portugueses tinham filhos com negras e índias reflete muito mais o seu pouco caso por elas que a ausência de preconceitos. Até hoje, prevalece na sociedade brasileira, entre os homens de classe social mais privilegiada, a idéia de exploração e uso da mulher de cor como objeto de prazer eventual. Não é raro senhores e/ou jovens abusarem de menores do sexo feminino, que por relação de trabalho doméstico freqüentam suas casas. Como também não é raro tais crimes ficarem impunes.

Se os colonizadores portugueses tivessem sido homens sem preconceitos raciais e tivessem constituído famílias com a mulher índia e/ou com a mulher negra, teríamos desenvolvido outra mentalidade valorativa em relação ao corpo da mulher de cor. Mas a tradição que preservamos dos colonizadores é a de desrespeito ao uso do corpo da mulher de cor, traduzido na busca do sexo fácil e na comercialização (exibicionista) da nudez da mulata para lucro de empresários. Essas atitudes e práticas tornaram-se tão aclamadas no Brasil que se passou a não perceber o significado racista nelas implícito.

A outra história

Em reuniões sobre raça e racismo promovidas em conjunto pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador e movimentos negros locais, muitas das colocações e depoimentos apresentados eram autênticos fragmentos da herança cultural de uma história que nunca foi escrita. Não saberíamos exatamente que nome dar a essa história, mas sabemos que ela é especial e inédita, porque não se origina nos fatos da escravatura, mas nos sentimentos dos escravos.

A impenetrável história do modo de sentir dos escravos contracena com a história do corpo do escravo, cujas versões existem tantas aqui e ali. A história do corpo do escravo foi sempre aparente, conhecida e relatada por observadores do passado e estudiosos do presente.

Quem não conhece a história dos castigos, das torturas, do trabalho forçado e mesmo do sexo da mulher negra?

Toda essa história nada mais é que o relato descritivo de fatos que ocorreram, que foram vistos, registrados e transformados em História. Por isso, qualquer historiador brasileiro branco, português ou europeu poderia ter escrito, nos limites dos fatos, a história da escravatura.

Todavia, os sentimentos que habitavam a alma dos negros escravizados e que, durante séculos de escravatura, foram transmitidos de geração em geração, somente os negros os conhecem.

Além disso, não sendo permitido aos escravos o direito à alfabetização, a via literária de evasão de sentimentos não existiu. E... a história da escravatura, segundo a visão do próprio escravo, não foi escrita.

Contudo, não é só nas páginas dos livros que se preserva a História. E ainda que hoje os menos brancos não estejam participando desse legado, ele está bem preservado

e vivo entre os mais pretos. Preservado com seus exemplos de resistência e heroísmo, de dignidade e de coragem. Mas também... preservado com cicatrizes que desfiguram a percepção integral do valor do eu.

O desvalor do eu

O mais indigno aspecto da escravatura não terminou com a libertação, é inatingível por dispositivos legais e continua contribuindo para a submissão do negro — o autodesvalor.

O processo escravista de colonização, associado a uma catequese opressora, conseguiu engendrar mudanças fundamentais na autovisão do negro. Após gerações de perda absoluta dos direitos e dos valores, a visão do negro sobre si mesmo absorveu influências da concepção escravista da época.

Assim, a crença no desvalor de si próprio minou o espírito do negro. As sementes das projeções valorativas do branco foram ganhando prestígio na consciência do negro, em detrimento das projeções de seu próprio valor. Ainda hoje, os reflexos dessa introjeção traduzem-se em várias atitudes do negro, conscientes ou não. Por exemplo, até há pouco tempo, era comum os negros violentarem a própria aparência física, alisando os cabelos, a fim de satisfazer uma concepção de belo que não poderia ser sua.

Além disso, muitos negros confundem as causas sociais de sua lenta ascensão, com supostas causas de incapacidade natural. E quando alguns negros conseguem alcançar reconhecida projeção na sociedade, em geral transmutam-se em brancos sociais.

Das conseqüências da escravatura, não temos dúvidas de que, pior que a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a marginalização e a doença, é... a perda da autovisão de

valor. Se qualquer forma de racismo por si só já é condenável, devido aos efeitos bloqueadores que impõe ao outro, o auto-racismo é o mais destruidor dos sentimentos, pois impede até o prazer natural de ser um ser.

E tendo sido os colonizadores do passado capazes de conseguir minar o autovalor do negro, o negro atual tem o dever de buscar, na visão crítica de sua história, as forças de que necessita para sua autolibertação.

Racismo e fingimento

Uma vez implantado pelos colonizadores o complexo de inferioridade entre os negros, a prática do racismo no Brasil tornou-se tarefa fácil.

Durante séculos, e até há poucas décadas, o negro brasileiro permaneceu de tal modo imobilizado em sua miséria, que a forma mais comum de racismo chegou a expressar-se em piedade. Migalhas de atos sociais aos quais os negros tinham legítimo direito por cidadania eram-lhes concedidas sobre a égide de bondade piedosa, particular ou pública.

Analfabeto, sem assistência médica, sem emprego, habitação etc., o negro não conseguiu mudar a visão de si próprio e lutar por seus direitos. Sem reconhecer-se fruto histórico de uma marginalização perversa, o negro assumiu “o seu lugar” no mundo dominado pelos brancos.

O racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas não se percebem racistas. Toda a carga de herança cultural que modelou a sociedade brasileira é tão fundamentada no racismo, que nem os próprios negros escaparam à assimilação de sentimentos contrários à raça negra. E como ninguém age, pensa ou sente fora da própria cultura, admitimos ser possível, no Brasil, terem-se atitudes racistas

inconscientes. Por isso, para qualquer pessoa declarar-se não racista neste país, é necessário que também seja um antiproduto da cultura. Conseqüentemente, dizer-se não racista é uma afirmação questionável, embora extremamente comum. Conscientes da nobreza espiritual da igualdade fraterna, muitos preferem a declaração hipócrita que enaltece à verdade que choca. É necessária a coragem de reconhecer os erros da sociedade que herdamos a fim de aprendermos a corrigi-los. E mais importante que a coragem de reconhecer-se fruto de uma cultura racista é a disposição para transformar a si e aos outros no que se refere às nossas relações raciais.

Ninguém se reconhece racista porque ninguém se preocupa em conhecer o que é racismo e quais suas formas de elaborada sutileza. Chegamos a tal ponto de refinamento, que mensagens racistas, subliminares, passam despercebidas como tais, sem contudo perder sua eficácia na promoção da ideologia. Os anúncios comerciais de todos os *shampoos* exaltam os seus benefícios na ação de tornar os cabelos soltos, com balanço e belos. Subconscientemente, todos fazem a associação mental do belo, do desejável, do bom aos cabelos que livremente balançam. Logo, nas deduções associativas da mente humana, conclui-se que o feio, o indesejável, o ruim, é o oposto, isto é, o cabelo duro, que não balança, que não responde aos efeitos dos *shampoos*.

Até há poucos anos, as representações de cenas da vida, fossem elas em teatro, cinema, novelas, literatura, histórias infantis e até mesmo em livros didáticos, dedicavam aos negros os papéis mais inferiores da cena, os quais iam desde o auxiliar doméstico servil ao marginal criminoso.

De norte a sul, o País criou uma variedade de expressões populares depreciativas, alusivas ao negro, as quais, geralmente, são acolhidas com deleite social e não com indignação.

Finalmente, extrapola-se para o fato de ser negro qualquer desvio de comportamento das pessoas de cor, sempre vítimas de julgamento por qualidades supostas e erroneamente admitidas como da raça.

A pobreza do negro, consequência do processo social que o manteve à margem das oportunidades de ascensão, faz com que aspectos inerentes às condições subumanas de vida sejam interpretados como devidos à raça.

Assim, ser negro e ser também pobre, analfabeto etc. faz com que as causas sociais da pobreza sejam esquecidas e substituídas por causas falsas de origem racial.

9

Por uma ideologia de libertação

Libertação dos brancos

À medida que as sociedades modernas evoluem, tecem-se redes de valores sociais que aprisionam e escravizam as pessoas. Quanto mais complexa, competitiva e estratificada é a sociedade, mais diversas e eficazes são as formas de aprisionamento de seus membros.

A asfixiante observância dos ditos valores da tradição social tem provocado, às vezes, reações de franca revolta, expressas através do protesto organizado dos jovens ou de outras ideologias político-sociais.

Todavia, sem pretender examinar os movimentos coletivos de libertação de valores sociais opressores, refletiremos sobre o contexto social escravizador em que todos nós vivemos.

A ganância de lucro, a ambição de poder, a posse excessiva de riquezas, a extravagância no prazer, o complexo de excelência, a mesquinhez das comparações valorativas, a inveja, o sentimento de superioridade, a tendência de inferiorizar o outro, o racismo, o machismo etc. são, entre tantos outros, sentimentos que escravizam a mente e o espírito.

Na concepção neotestamentária, livre é a pessoa que se comporta auscultando os apelos de fraternidade, igualdade, respeito, dignidade, construção, serviço e amor em relação ao outro. Segundo São Paulo, somente quando nos libertamos de nós mesmos para doar-nos é que encontramos a felicidade. Mas... nós construímos uma sociedade que nos fez seus próprios escravos... O mundo que o homem construiu para viver nele é muito mais de escravidões e paixões que de liberdade e amor. É o terrível contra-senso é que o homem em sua natureza foi planejado para ser livre e construir com amor um mundo de fraternidade e justiça. Por isso é que a proposta para conversão do descaminho do homem no mundo advém das religiões com temáticas libertadoras. O homem é cidadão do Universo e somente no exercício dessa cidadania encontra sua plenitude. Ser cidadão do Universo é conseguir desprender-se dos sentimentos que circunscrevem os interesses ao pequeno mundo pessoal de cada um. Ser cidadão do Universo é libertar-se de todas as servidões que as nossas vaidades nos impõem e a sociedade nos cobra.

Por exemplo, na simples racionalização do nosso bem-estar, reconhecemos com facilidade que sentimentos de desamor, como o racismo, nos diminuem como pessoa, porque limitam o nosso espaço de relações de afeto. Ser racista é desrespeitar seus próprios direitos de cidadania universal reduzindo-os a limites estreitos. Nutrir sentimentos inferiorizantes em relação ao outro quebra a harmonia do amor universal e desencadeia alguma forma de mal-estar decorrente da limitação do ser.

Ninguém, ninguém mesmo, jamais deixou de sentir felicidade vivenciando relações de amor. Do mesmo modo que ninguém, ninguém mesmo, deixou de romper sua harmonia interna e experimentar transtornos e mal-estar ao

irromper em relações de desamor. O que tudo isso nos ensina é que, em nosso estado natural, nós somos feitos para amar. E sendo o racismo uma prática de desamor crônico, à semelhança de uma enfermidade, enfraquece e obscurece as irradiações da vida.

Sociedade opressora

É óbvio que não se esgotam ao nível dos sentimentos os mecanismos de rotura da harmonia social. Os preconceitos que retalham a humanidade estão intimamente associados à prática efetiva da opressão. Por exemplo, se o convívio entre os brasileiros chegou ao ponto de tornar este país reconhecido mundialmente pelas maiores desigualdades sociais, é porque é no desrespeito humano que se fundamentam as relações dos brasileiros entre si.

Começamos construindo nossa sociedade e nossas riquezas através da exploração do trabalho dos negros e dos índios. Deles exigia-se, mediante a tortura e o castigo, o cumprimento de tudo que arbitrariamente predeterminou-se serem seus deveres. A eles negava-se tudo o que pudesse ter prenúncios de vir a ter seus direitos.

Todos os direitos humanos fundamentais foram negados aos negros e aos índios durante a escravatura e perversamente negligenciados depois da Abolição. Hoje, quase quinhentos anos depois do início, a História continua sem registrar decisões governamentais profundas e sérias, capazes de corrigir as causas fundamentais das desigualdades sociais entre os brasileiros.

Sem nenhum preparo para a sobrevivência em uma sociedade movida pela competição, negros e índios compuseram uma crescente legião de oprimidos e explorados pela própria estrutura do poder. Assim, durante todos esses séculos de sobrevivência à margem do progresso so-

cial, milhões de brasileiros pobres viveram o reverso da história de progresso e de riqueza da Nação.

Por isso, hoje, nós brasileiros somos também milhões de cidadãos analfabetos, desnutridos, doentes, desempregados, desabrigados etc., cujo clamor surdo por justiça não encontrou eco na civilidade dos poderes constituídos para educação, saúde, habitação, bem-estar, previdência, trabalho etc.

A memória dos marginalizados

Nenhum povo pode libertar-se e autodirigir-se, desconhecendo sua verdadeira história. Ainda que existam períodos de obscurantismo na vida dos povos, a humanidade vem-nos ensinando, através de milênios, que muitos povos construíram os alicerces de sua libertação sob o mais severo dos cativeiros. A alavanca promotora da libertação apóia-se no conhecimento crítico da história que gerou e que alimenta as forças opressoras.

Assim, compete aos negros, aos índios, aos pobres em geral deste país buscar o conhecimento das verdadeiras causas de sua miséria social. Conhecer e divulgar sua história real e autêntica é direito inalienável de qualquer povo. Do mesmo modo que reescrever a História com visão própria dos fatos e acontecimentos é dever de todos os vencidos, injustiçados e marginalizados. Sem uma visão própria do seu passado, os povos marginalizados não apenas aparecem descaracterizados nos relatos dos poderosos, mas também se enfraquecem no vazio de uma memória não-preservada.

Libertação e conquista

Conhecer as causas históricas das opressões sociais é indispensável, mas não é suficiente para removê-las. O co-

nhcimento histórico é ferramenta da maior importância nas estratégias de libertação, mas não é o próprio elemento libertador.

A libertação dos marginalizados começa no conhecimento histórico, avança com as organizações populares, se fortalece na conscientização de sua força, efetiva-se com as pressões às decisões políticas e consolida-se na observância dos direitos dos oprimidos. No bojo desses esforços incluem-se estratégias nos planos político, social, econômico e cultural, destacando-se o uso adequado dos momentos propícios na vida da Nação.

Por outro lado, a experiência no Brasil já demonstrou que também não é a pura e simples legislação dos direitos que assegura o seu exercício. É a vontade coletiva que legitima o conteúdo das leis e a vigilância do povo que assegura sua observância. Assim, mais que nunca, o povo que vinha à margem da vida desta nação deve participar do processo constituinte que se instala no País.

Não é das teorias sobre racismo, nem dos discursos sobre desigualdades sociais que devem nascer os postulados da Nova Constituição. A experiência vivida pelo povo é soberana a qualquer intelecto doutoral. O relato dos que vêm sofrendo no próprio ser as violências das discriminações é que deve ser a fonte de aprendizagem para a legislação sobre preconceitos raciais. Assim, exige-se de direito e de justiça que os negros conquistem canais próprios para levar à mesa dos constituintes a sua experiência racial neste país.

10

Vocabulário crítico

Ácidos nucléicos: moléculas portadoras das informações codificadas da vida. Existem sob duas formas: DNA (ácido desoxirribonucléico) e RNA (ácido ribonucléico).

Carboidratos: compostos orgânicos constituídos principalmente por hidrogênio e carbono.

Desenhos rupestres: pinturas feitas pelo homem pré-histórico e encontradas principalmente em paredes de cavernas.

Fosfato de adenosina: composto orgânico muito importante nos processos de síntese das proteínas.

Fotossíntese: síntese de substâncias orgânicas através da ação da luz solar.

Frequências gênicas: descreve, para um mesmo *loco*, a proporção em que ocorrem as formas alternativas do gene (alelo).

Genes: unidades de transmissão das características herdadas. São constituídos por segmentos de DNA.

Hierarquia racial: idéia, sem fundamento científico, que propõe serem umas raças superiores a outras.

Índice cefálico: valor resultante do coeficiente das medidas de comprimento e de largura da cabeça.

Leis da genética: originalmente formuladas por Gregório Mendel, descrevem os modos pelos quais os genes passam de uma para outra geração.

Lipídios: gorduras.

Melanina: pigmento orgânico escuro, responsável pela coloração da pele, dos pêlos e dos olhos. Todas as pessoas, com exceção dos albinos, têm melanina sintetizada em maior ou menor quantidade.

Paleolítico: período durante o qual a espécie humana vivia da caça e da pesca antes da domesticação dos animais. É também chamado de período da pedra lascada.

Seleção natural: processo através do qual ocorreram mudanças na proporção de tipos genéticos dentro de uma população, em decorrência de melhor adaptação ambiental de alguns.

Taxonomia: ciência das classificações.

Tipos de sangue: qualidades genéticas que se expressam no sangue e que podem ser determinadas através de testes bioquímicos específicos. Exemplos: Hp — haptoglobina; Hb — hemoglobina; Tf — transferina; K — Hell etc.

11

Bibliografia comentada

AZEVÊDO, Eliane. Idéias racistas e a evolução da ciência. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 maio 1979. Suplemento Cultural.

Exposição sobre a ausência de fundamentos científicos para as idéias racistas e sobre a imprecisão da própria delimitação das raças sob o ponto de vista genético.

— . Aspectos genéticos da biologia social. *Rev. Bras. Genet.*, 7 (4) : 787, 1984.

Revisão exemplificada das interações entre o biológico e o social, dando-se realce aos preceitos da biologia social e não aos da sociobiologia.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa, Edições 70, 1977.

Estudo antropológico da herança cultural que favorece a racialização do mundo em consequência dos preconceitos raciais.

BERGMAN, Michel. *Nasce um povo*. Petrópolis, Vozes, 1977.

Estudo antropológico e social do processo de miscigenação triracial ocorrido no Brasil.

- BODMER, W. F. & CAVALLI-SFORZA, L. L. *Genetics, evolution, and man*. San Francisco, Freeman, 1976.
Texto de grande densidade científica e que explora com riqueza de informações os aspectos fundamentais da genética humana.
- BOFF, Leonardo & BOFF, Clodóvis. *Da libertação; o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis, Vozes, 1979.
Apresenta os fundamentos da teologia da libertação, em paralelo à pedagogia cristã do ver, julgar e agir.
- BRUNDSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
Estudo documentado dos diversos tratados entre as nações européias, nas negociações de retalhamento e posseção do território africano.
- BURNS, E. McNall. *História da civilização ocidental*. Porto Alegre, Globo, 1977.
Análise descritiva do drama da espécie humana, desde o homem da caverna até a bomba atômica, acompanhada de grande riqueza de interpretação e dedução.
- CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
Relatos históricos não apenas restritos à Igreja, mas abrangentes ao povo brasileiro, com visões interpretativas a partir do povo.
- COMAS, J.; LITTLE, K. J.; SHAPIRO, H. J.; LEIRIS, M.; LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e ciência — I*. São Paulo, Perspectiva, 1960.
Coleção de escritos de autores famosos sobre o tema *raça* em relação às idéias de história, mito, civilização e cultura.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*. Salvador, Ed. do Autor, 1984.

Relato detalhado das lutas e conquistas de uma comunidade de bairro pobre de Salvador, escrito por um morador e líder.

CORREIO da Unesco. *Imagens da África*. 5 (7), jul. 1977.

Documentário sobre o vigor, a autenticidade e o impulso renovador das artes plásticas, da música e da dança na África antiga e atual.

— . *Racismo*. 12 (1), jan. 1984.

Considerações sobre a origem e a evolução dos dogmas das desigualdades raciais que culminaram em racismo institucionalizado.

— . *História da África*. 12 (7), jul. 1984.

Prenúncio da riqueza e do resgate histórico que será a obra monumental em preparação pela Unesco, em oito volumes, intitulada *História geral da África*.

FREIRE-MAIA, Newton. *Brasil; laboratório racial*. Petrópolis, Vozes, 1973.

Visão panorâmica dos conhecimentos sobre raça e uma análise dos preconceitos raciais no Brasil.

HILLEL, Marc. *Em nome da raça; os "haras" nazistas*. Rio de Janeiro, Hachette, 1975.

Amplo documentário sobre instituições nazistas que visavam procriar uma super-raça nórdica, através de cruzamentos de homens e mulheres selecionados segundo os critérios de superioridade racial do III Reich.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo, Nacional, 1976.

Visão do Brasil através da análise de um sociólogo e demógrafo francês, com ênfase especial nas diferenças de níveis e condições de vida dos brasileiros.

MENDES, Josué Camargo. *Conheça a Pré-História brasileira*. São Paulo, Polígono, 1970.

Descrição arqueológica do Brasil, começando com a paisagem e o clima do quaternário e seguindo com lógica no tempo os estudos dos primitivos habitantes.

X NESTURKH, M. *The races of mankind*. Moscou, Progress Publishers, 1966.

Estudo científico, cuidadoso e documentado sobre os diversos aspectos das raças, incluindo ampla discussão sobre os falsos fundamentos do racismo.

SALZANO, FRANCISCO M. & FREIRE-MAIA, Newton. *Populações brasileiras*. São Paulo, Nacional, 1967.

Estudo amplo e informativo sobre os aspectos biológicos das populações brasileiras, com ênfase na composição genética das populações.

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Reflexões profundas sobre a questão judaica em mais de dois terços do livro, acrescidas de reflexões idênticas sobre o problema do negro.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

Visão dos aspectos da formação social, composição de classes e acontecimentos fundamentais da vida brasileira, desde a época colonial aos dias atuais.

ZIEGLER, Jean. *O poder africano*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

Descrição da experiência social africana, centrada nos reis errantes do Burundi e nas filhas-de-santo da Bahia. Análise da revolução africana e das perspectivas do poder africano.

SÉRIE

PRINCÍPIOS

1. **Paródia, paráfrase & Cia.** — Affonso Romano de Sant'Anna ★ 2. **Teoria do conto** — Nádia Battella Gotlib ★ 3. **A personagem** — Beth Brait ★ 4. **O foco narrativo** — Ligia Chiappini Moraes Leite ★ 5. **A crônica** — Jorge de Sá ★ 6. **Versos, sons, ritmos** — Norma Goldstein ★ 7. **Erotismo e literatura** — Jesus Antonio Durigan ★ 8. **Semântica** — Rodolfo Hari & João Wanderley Geraldí ★ 9. **A pesquisa sociolingüística** — Fernando Tarallo ★ 10. **Pronúncia do inglês norte-americano** — Martha Steinberg ★ 11. **Rumos da literatura inglesa** — Maria Elisa Cevasco & Valter Lellis Siqueira ★ 12. **Técnicas de comunicação escrita** — Izidoro Blikstein ★ 13. **O caráter social da ficção do Brasil** — Fábio Lucas ★ 14. **Best-seller: a literatura de mercado** — Muniz Sodré ★ 15. **O signo** — Isaac Epstein ★ 16. **A dança** — Miriam Garcia Mendes ★ 17. **Linguagem e persuasão** — Adilson Citelli ★ 18. **Para uma nova gramática do Português** — Mário A. Perini ★ 19. **A telenovela** — Samira Youssef Campedelli ★ 20. **A poesia lírica** — Salete de Almeida Cara ★ 21. **Períodos literários** — Lígia Cademartori ★ 22. **Informática e sociedade** — Antonio Nicolau Youssef & Vicente Paz Fernandez ★ 23. **Espaço e romance** — Antonio Dimas ★ 24. **O herói** — Flávio R. Kothe ★ 25. **Sonho e loucura** — José Roberto Wolff ★ 26. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** — Evanildo Bechara ★ 27. **Morfologia inglesa — noções introdutórias** — Martha Steinberg ★ 28. **Iniciação à música popular brasileira** — Waldenyr Caldas ★ 29. **Estrutura da notícia** — Nilson Lage ★ 30. **Conceito de psiquiatria** — Adilson Grandino & Durval

Nogueira ★ 31. **O inconsciente — um estudo crítico** — Alfredo Naffah Neto ★ 32. **A histeria** — Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 33. **O trabalho na América Latina colonial** — Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 34. **Umbanda** — José Guilherme Cantor Magnani ★ 35. **Teoria da informação** — Isaac Epstein ★ 36. **O enredo** — Samira Nahid de Mesquita ★ 37. **Linguagem jornalística** — Nilson Lage ★ 38. **O feudalismo: economia e sociedade** — Hamilton M. Monteiro ★ 39. **A cidade-estado antiga** — Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 40. **Negritude — usos e sentidos** — Kabengele Munanga ★ 41. **Imprensa feminina** — Dulcília Schroeder Buitoni ★ 42. **Sexo e adolescência** — Içami Tiba ★ 43. **Magia e pensamento mágico** — Paula Montero ★ 44. **A metalinguagem** — Samira Chalhub ★ 45. **Psicanálise e linguagem** — Eliana de Moura Castro ★ 46. **Teoria da literatura** — Roberto Acízelo de Souza ★ 47. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo** — Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 48. **Lutas camponesas no Nordeste** — Manuel Correia de Andrade ★ 49. **A linguagem literária** — Domício Proença Filho ★ 50. **Brasil Império** — Hamilton M. Monteiro ★ 51. **Perspectivas históricas da educação** — Eliane Marta Teixeira Lopes ★ 52. **Camponeses** — Margarida Maria Moura ★ 53. **Região e organização espacial** — Roberto Lobato Corrêa ★ 54. **Despotismo esclarecido** — Francisco José Calazans Falcon ★ 55. **Concordância verbal** — Maria Aparecida Baccega ★ 56. **Comunicação e cultura brasileira** — Virgílio Noya Pinto ★ 57. **Conceito de poesia** — Pedro Lyra ★ 58. **Literatura comparada** — Tania Franco Carvalhal ★ 59. **Sociedades indígenas** — Alcida

- Rita Ramos ★ 60. **Modernismo brasileiro e vanguarda** — Lucia Helena ★ 61. **Personagens da literatura infanto-juvenil** — Sonia Salomão Khéde ★ 62. **Cibernética** — Isaac Epstein ★ 63. **Greve — fatos e significados** — Pedro Castro ★ 64. **A aprendizagem do ator** — Antonio Januzelli, Janô ★ 65. **Carnaval, carnavais** — José Carlos Sebe ★ 66. **Brasil República** — Hamilton M. Monteiro ★ 67. **Computador e ensino — uma aplicação à língua portuguesa** — Cristina P. C. Marques, M. Isabel L. de Mattos, Yves de la Taille ★ 68. **Modo capitalista de produção e agricultura** — Ariovaldo Umbelino de Oliveira ★ 69. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão** — Ronaldo Vainfas ★ 70. **Marxismo e teoria da revolução proletária** — Eder Sader ★ 71. **Pescadores do mar** — Simone Carneiro Maldonado ★ 72. **A alegoria** — Flávio R. Kothe ★ 73. **Consciência e identidade** — Malvina Muszkat ★ 74. **Oficina de tradução — A teoria na prática** — Rosemary Arrojo ★ 75. **História do movimento operário no Brasil** — Antonio Paulo Rezende ★ 76. **Neuroses** — Manuel Ignacio Quiles ★ 77. **Surrealismo** — Marilda de Vasconcellos Rebouças ★ 78. **Romantismo** — Adilson Citelli ★ 79. **Higiene bucal** — Giorgio de Micheli, Carlos Eduardo Aun, Michel Nicolau Youssef ★ 80. **Aspectos econômicos da educação** — Ladislau Dowbor ★ 81. **Escola Nova** — Cristiano Di Giorgi ★ 82. **Análise da conversação** — Luiz Antonio Marcuschi ★ 83. **O Estado Federal** — Dalmo de Abreu Dallari ★ 84. **Iluminismo** — Francisco José Calazans Falcon ★ 85. **Constituições** — Célia Galvão Quirino, Maria Lúcia Montes ★ 86. **Literatura infantil - voz de criança** — Maria José Palo, Maria Rosa D. Oliveira ★ 87. **A imagem** — Eduardo Neiva Jr. ★ 88. **Teoria lexical** — Margarida Basílio ★ 89. **A política externa brasileira (1822-1985)** — Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno ★ 90. **Energia & fome** — Gilberto Kobler Corrêa ★ 91. **Sonhar, brincar, criar, interpretar** — Arlindo C. Pimenta ★ 92. **História da literatura alemã** — Eloá Heise, Ruth Röhl ★ 93. **História do trabalho** — Carlos Roberto de Oliveira ★ 94. **Nazismo - "O Triunfo da Vontade"** — Alcir Lenharo ★ 95. **Fascismo italiano** — Angelo Trento ★ 96. **As drogas** — Luiz Carlos Rocha ★ 97. **Poesia infantil** — Maria da Glória Bordini ★ 98. **Pactos e estabilização econômica** — Pedro Scuro Neto ★ 99. **Estética do sorriso** — Michel Nicolau Youssef, Carlos Eduardo Aun, Giorgio de Micheli ★ 100. **Leitura sem palavras** — Lucrécia D'Aléssio Ferrara ★ 101. **O Diabo no imaginário cristão** — Carlos Roberto F. Nogueira ★ 102. **Psicoterapias** — Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 103. **O conto de fadas** — Nelly Novaes Coelho ★ 104. **Guia teórico do alfabetizador** — Miriam Lemle ★ 105. **Entrevista — o diálogo possível** — Cremilda de Araújo Medina ★ 106. **Quilombos — resistência ao escravismo** — Clóvis Moura ★ 107. **Raça — conceito e preconceito** — Eliane Azevêdo ★ 108. **Candomblé — religião e resistência cultural** — Raul Lody ★ 109. **Abolição e reforma agrária** — Manuel Correia de Andrade ★ 110. **Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade** — Rita de Cassia Barbosa ★ 111. **Cinema e montagem** — Eduardo Leone e Maria Dora Mourão ★ 112. **Democracia** — Décio Saes ★ 113. **O verbo inglês — teoria e prática** — Valter Lellis Siqueira ★ 114. **Descobrimientos e colonização** — Janice Theodoro da Silva ★ 115. **D. João VI: os bastidores da independência** — Leila Mezan Algranti ★ 116. **Escravidão negra no Brasil** — Suely Robles Reis de Queiroz ★ 117. **Anarquismo e anarcossindicalismo** — Giuseppina Sferra ★ 118. **A feitiçaria na Europa moderna** — Laura de Mello e Souza ★ 119. **Funções da linguagem** — Samira Chalhub ★ 120. **Ciclo da vida — ritos e ritmos** — Thales de Azevedo ★ 121. **Televisão e psicanálise** — Muniz Sodré ★ 122. **Cultura popular no Brasil** — Marcos Ayala e Maria Ignez Novais Ayala ★ 123. **Desenvolvimento da personalidade — símbolos e arquétipos** — Carlos Byington ★ 124. **Sistemas de comunicação popular** — Joseph M. Luyten ★ 125. **Períodos filosóficos** — João da Penha ★ 126. **Os povos bárbaros** — Maria Sonsoles Guerras.

A verdadeira história das raças no Brasil permanece na memória dos negros e dos índios, mas longe das páginas dos livros escritos pelos brancos.

As relações raciais na sociedade brasileira apresentam o mérito teórico da fraternidade entre todos, mas exterioriza, de forma camuflada ou não, os preconceitos raciais que herdou desde a época da colonização. Se este país chegou ao ponto de tornar-se mundialmente reconhecido pelas desigualdades sociais que abriga, conclui-se que não é no respeito humano que se fundamentam as relações dos brasileiros entre si, sejam elas em níveis sociais ou políticos. É necessário ter a coragem de rever os erros que alimentaram a História no passado para se conseguir a libertação do futuro.

Raça - conceito e preconceito rompe com todos os disfarces sociais e científicos em relação às raças.

Eliane Azevêdo, vice-reitora da Universidade Federal da Bahia, é professora-titular da Faculdade de Medicina.

Áreas de interesse do volume

- Antropologia • Civilização • Genética
- Sociologia

Outras áreas da série

- Administração • Artes • Ciências
- Comunicações • Direito • Educação • Estética
- Filosofia • Geografia • História • Lingüística
- Literatura • Política • Psicologia